



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

2. ORIGEM, MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS.

2.1. O presente termo de referência é oriundo da Solicitação de Despesa, procedente da Secretaria de Educação Básica, conforme especificações dos itens abaixo discriminadas.

2.2. Deverá ser adotada a modalidade licitatória **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, tendo com critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE (KM RODADO)**, tudo com fundamento da Lei Nº. 10.520/02 c/c Lei Nº. 8.666/93 Decreto Federal nº. 5.450/05 Decreto Municipal nº. 0034/05.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, REFERENCIAL DOS PREÇOS E DAS EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

3.1. De acordo com a resolução Nº 14/2009/CD/FNDE, de 08 de abril de 2009, surge da necessidade da administração pública do município de Tabuleiro do Norte, oferecer transporte escolar para o acesso e a permanência dos alunos deste município residentes em área rural, contribuindo, assim, para a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar, uma vez que cabe ao município a implementação destas ações, os alunos são fontes de riquezas e sabedoria em nosso município e precisam ser bem cuidados, pois neles está o futuro do nosso país.

3.2. Os preços de referência foram estimados nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Tabuleiro do Norte/CE, anexadas aos autos deste processo.

3.3. Os valores serão pagos por km rodados, em conformidade com a resolução Nº 14/2009/CD/FNDE, de 08 de abril de 2009.

3.3.1. Os veículos propostos deverão ser de transporte de passageiros, adequados à quantidade de alunos de cada rota, ou adaptados de conformidade com a Resolução do CONTRAN nº 82 de 19 de novembro de 1998, desde que se comprove a impossibilidade de trafegar ou a indisponibilidade de veículos próprios para o transporte de passageiros, conforme resolução/CD/FNDE nº 14, de 08 de abril de 2009.

3.3.2. Os veículos e os condutores a serem utilizados na prestação do serviço deverão obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro bem assim as eventuais legislações complementares no âmbito estadual ou municipal, de acordo com a tabela abaixo:

O condutor de veículo destinado ao TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO deve satisfazer os seguintes requisitos:	CTB, art. 138
Idade: ter idade superior a 21 anos	CTB, art. 138, I
Habilitação: ser habilitado na categoria correspondente à capacidade do veículo.	CTB
Infrações: não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses	CTB, art. 138, IV e 145



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



<p>Curso especializado: Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco. O curso acima foi regulamentado com carga de 48h, contendo as disciplinas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">a) relacionamento interpessoal: 3hsb) atendimento ao usuário: 5hsc) direção defensiva: 16hsd) primeiros socorros: 6hse) meio ambiente e cidadania: 4hsf) legislação de trânsito: 14hs <p>Observação: é obrigatória a reciclagem dos motoristas, a cada 5 anos, no máximo, com no mínimo 16hs.</p>	<p>CTB, art. 138, V e art. 145, IV</p> <p>Resoluções CONTRAN nº 55 e 57/98 Res. CONTRAN 57/98 item 9.</p>
<p>Certidão negativa Os condutores de veículos de que tratam os arts. 135 (veículos de aluguel para o transporte de passageiros) e 136 (veículos especialmente destinados ao transporte de escolares) deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.</p>	<p>CTB art. 329</p>
<p>Cursos de Responsabilidade das Empresas A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do CONTRAN</p>	<p>CTB. Art. 150, parágrafo único.</p>

VEÍCULOS EQUIPAMENTOS E OUTROS ITENS

<p>Os veículos destinados à condução de escolares ou outros transportes especializados terão seus equipamentos obrigatórios previstos em legislação específica</p>	<p>Resolução CONTRAN 14/98, art. 4º</p>
<p>Dístico ESCOLAR Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo com carroçaria pintada na cor amarela, as cores indicadas devem ser invertidas</p>	<p>CTB, art. 136, III</p>
<p>Tacógrafo Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, a partir de 01.01.99</p>	<p>CTB, art. 136, IV e art. 105, II. Resolução 14/98, art. 1º, I nº 21 e art. 2º, III, Res. Nº 87/99, art. 3º e Res. 92/99</p>
<p>Lanternas Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira</p>	<p>CTB, art. 136, V CTB, art 136, VI</p>
<p>Cintos de segurança Cintos em número igual à lotação</p>	<p>Res. 49/98, anexo, nº 2, item 3.1.4</p>



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



Pneus Pneus em condições de segurança	Res. 14/98
Sinalização Sinalização e outros itens de segurança: todos os demais equipamentos e itens nomeados pela legislação devem ser exigidos e fiscalizados. Demais exigências do Código de Trânsito Nacional e outros diplomas legais	Res. 14/98

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS LOTES.

LOTE I		ESTIMATIVA DE KM ANUAL
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO KOMBI OU SIMILAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) LUGARES, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO.	21400

LOTE II		ESTIMATIVA DE KM ANUAL
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 15 (QUINZE) LUGARES, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO.	116200

LOTE III		ESTIMATIVA DE KM ANUAL
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 45 (QUARENTA E CINCO) LUGARES, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO.	108800

LOTE IV		ESTIMATIVA DE KM ANUAL
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) LUGARES, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO.	14.000



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



Obs. 1: Os itens do objeto deste termo de referência foram agrupados em lotes levando em considera o os Produtos/Serviços requisitados. Cabe ressaltar que a presente separa o não afeta o princípio da economicidade e não prejudica o ganho em escala, sempre em respeito   mais ampla competi o e conforme previsto no art. 23    1  e 2  da Lei N . 8.666/93.

Obs. 2: No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de contratos a serem fiscalizados para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordena o das atividades, pois a unidade gestora não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor preço por lote.

Obs. 3: No que diz respeito ao princípio da economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contrata o do aludido objeto sobrecarrega a administra o pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negocia o maior por estarem comercializando uma maior parcela (lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administra o na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redu o de preços a serem pagos pela Administra o.

ROTAS

ENSINO FUNDAMENTAL				
N�	ROTAS	TIPO DE VEÍCULO	DIAS LETIVOS	KM/DIA
1	LUIZ DE JOCA-LAJE DAS OITICICAS- LAJE DA ENCRUZILHADA-LAJE BONITA-SÃO BENTO	KOMBI 12 PASSAGEIROS	200	61
2	SEDE-GANGORRINHA-VARZEA GRANDE-ALTO DO MENDES-MORADA NOVA-BARRA DO FEIJÃO	VAN 15 PASSAGEIROS	200	49
3	UBIRATANHA-RANCHO NOSSA SENHORA -CANTA GALO-ALTO DO MARIANO-BEM TI VI- GANGORRINHA	VAN 15 PASSAGEIROS	200	84
4	SÃO GERARDO-SÃO PEDRO-CHICO MARQUES-OLHO D'ÁGUA DA BICA	VAN 15 PASSAGEIROS	200	76
5	SÃO GERARDO- SÃO MIGUEL- MAZAGÃO-SANTO ANTONIO DOS ALVES- PEDRA PRETA	ÔNIBUS 45 PASSAGEIROS	200	57
6	PATOS- JUAZEIRO-CARNAUBAL-JUAZEIRO	VAN 15 PASSAGEIROS	200	37
7	MUNDO NOVO - LAGOA DO MEIO - 3 IRMÃOS-ALTO DAS QUEIXADAS-ALTO DOS BEZERROS-GALV�OZINHO-SITIO DO ROCHA-V�RZEA GRANDE- ALTO DO MENDES-VARZEA GRANDE - GANGORRINHA	ONIBUS 45 PASSAGEIROS	200	129
8	SEDE-COBERTO-PEIXE GORDO	VEICULO 05 PASSAGEIROS	200	45
9	OLHO D'ÁGUA DA BICA-S�O BENTO-CAMPOS NOVOS	VEICULO 05 PASSAGEIROS	200	25
10	SEDE- GANGORRINHA - OLHO D'ÁGUA DA BICA	ONIBUS 45 PASSAGEIROS	200	45
11	MOITA VERDE- TI�- MALHADINHA- PEIXE GORDO- LIMOEIRO VERDE- PEIXE GORDO	KOMBI 12 PASSAGEIROS	200	46
12	PALESTINA-SANTA F�-OITICICA- AROEIRA DO ESTIRÃO-LAJEDO DE SOUZA-SITIO SALES-OLHO D'ÁGUA DA BICA	VAN 15 PASSAGEIROS	200	106
ENSINO MÉDIO				
13	SÃO GERARDO-SANTO ANTONIO DOS ALVES-AROEIRA D'AGUA-SABIÁ-PEDRA PRETA-SÃO LUIZ- SANTO ESTEVÃO-SACO VERDE-CABEÇA DA LADEIRA-LAGOA DO PEIXE- SEDE	ONIBUS 45 PASSAGEIROS	200	74
14	BAIXIO GRANDE- BARRA DO FEIJÃO- DONATO- ALTO DAS QUEIXADAS- ALTO DO	ONIBUS 45 PASSAGEIROS	200	72



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



	MEENDES- OLHO D'ÁGUA DA BICA			
15	OLHO D'AGUA DA BICA-CURRAIS-ALTO DO MENDES- VÁRZEA GRANDE-SEDE	VAN 15 PASSAGEIROS	200	56
16	DONATO- TAPUIO- CHARNECA- CAJUEIROS - SEDE	ONIBUS 45 PASSAGEIROS	200	167
17	BOA ESPERANÇA -ALDEIA VELHA- BOA VISTA-NOVA FLORESTA -SEDE	VAN 15 PASSAGEIROS	200	43
18	SANTO ANTONIO DOS ALVES-PEDRA PRETA-POÇO DOS PINTOS-PEDRA PRETA-SITIO RAIMUNDO ANTONIO-SANTO ESTEVÃO-SACO VERDE- CABEÇA DA LADEIRA- LAGOA DO PEIXE-SEDE	VAN 15 PASSAGEIROS	200	82
19	OLHO D'ÁGUA DA BICA- SEDE	VAN 15 PASSAGEIROS	200	48

(*) OBSERVAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- (1) A Secretaria poderá solicitar mais do que 01 (um) veículo por ROTA para execução dos serviços;
- (2) Para formulação da Proposta de Preços, o valor para o **KM RODADO** deverá ser igual para os **itens semelhantes**, não será aceito preços diferente para os itens com a mesma especificação.
- (3) A empresa e/ou pessoa física a ser contratada deverá seguir fielmente os itens constantes no edital (OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA)

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, sob a rubrica nº: 0901.12.122.0004.2.052 – GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 0901.12.362.0017.2.066 – PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE – ENSINO MÉDIO, 0901.12.368.0017.2.072 – PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA, 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA, consignado no orçamento de 2019, conforme Lei Municipal nº 1.785 de 12 de Novembro de 2018.

6. DA HABILITAÇÃO

1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação do(s) sócio(s) da empresa.
- b. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, evidentemente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação sócio do(s) da empresa.
- c. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- d. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



e. **REGISTRO NA ORGANIZA O DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;
 - II) Comprova o da composi o dos  rgoos de administra o da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
 - III) Ata de funda o da cooperativa;
 - IV) Ata da assembl ea que aprovou o estatuto social;
 - V) Regimento interno com a Ata da assembl ea que o aprovou;
 - VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembl ea que os aprovou;
 - VII) Editais das 03 últimas assembl eas gerais extraordinárias.
- f. Alvará de Funcionamento emitido pelo  rgoao competente do Município da empresa proponente;

6.1.1 RELATIVA   REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 6.1.2. Prova de inscri o no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.3. Prova de inscri o no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 6.1.4. Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresenta o da certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e d vida ativa da União (inclusive contribui es sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN N . 1.751/14.
- 6.1.5. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresenta o certidão negativa de débitos para com a fazenda estadual de seu domicílio.
- 6.1.6. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresenta o da certidão negativa de débitos municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS).
- 6.1.7. Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresenta o do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF).
- 6.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresenta o de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.1.2. RELATIVA   QUALIFICA O ECON MICO-FINANCEIRA

- 6.1.2.1. Certidão de negativa de falência ou concordata/recupera o judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 6.1.2.3. Balanço patrimonial e demonstra es contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situa o financeira da empresa – vedada a sua substitui o por balancetes ou balanços provisórios – devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresenta o da proposta. As empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributa o, ficarão isentas da apresenta o do que se refere este item conforme o art. 25, C/C do art. 26,   2  e art. 27 da Lei N . 123/06, mediante a apresenta o:
 - a) Declara o Anual do Simples Nacional – DAS ou Declara o de Informa es Socioecon micas e Fiscais – DEFIS.
- 6.1.2.4 **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licita o.
- 6.1.2.5. **CERTIDÃO ESPECÍFICA** (com todas as altera es e movimenta es da empresa), emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licita o.

6.1.3. RELATIVA   QUALIFICA O TÉCNICA

- 6.1.3.1. Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Particular, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licita o, acompanhado do respectivo Contrato (**S  SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCA O DE**



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



VEÍCULOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR), este com reconhecimento de firma das assinaturas do **CONTRATADO** e do **CONTRATANTE**.

6.1.3.2. Comprova o de Cadastramento da Empresa, no Transporte de Passageiros, na modalidade fretamento, junto ao DETRAN, sendo este acompanhado da Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Departamento de Transito - DETRAN, conforme art. 109 do Código Nacional de Trânsito.

6.1.3.3 Prova de Inscri o junto ao Conselho Regional de Administra o - CRA, sec o da sede da empresa, de acordo na Lei Federal n . 4.769/65, Decreto Regulamentador n . 61.934/67.

6.1.3.4. O Contrato acima pedido terá que está averbado no Conselho Regional de Administra o - CRA, com a devida apresenta o da **AVERBA O**.

6.1.4. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITA O

6.1.4.1. Declara o de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei N . 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7  da Constitui o Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condi o de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6.1.4.2. Declara o, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administra o pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei N . 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilita o, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art. 32,  2 , da Lei N . 8.666/93).

6.1.4.3. Declara o de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Tabuleiro do Norte do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa.

6.1.4.4. Declara o de Conhecimento de Rotas.

6.1.4.5. Declara o de disponibilidade de veículos destinados ao atendimento da presta o dos serviços.

6.1.4.6. Apresentar memorial fotográfico **Sede da empresa (fachada e partes internas)** e algum documento de água, luz, telefone, outros, que comprove o funcionamento da empresa a participante do certame.

6.1.4.7. A comprova o do documento terá que ser emitido com a mesma razão social da empresa, não serão aceitos documentos de comprova o de endereço emitidos em hipótese alguma em nome de pessoa física, mesmos estas sendo sócio(s) e ou Proprietário da empresa.

6.2. DOS DOCUMENTOS DE HABILITA O - PESSOA FÍSICA

6.2.1. Prova de inscri o no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

6.2.2 Cópia da Cédula de Identidade (RG);

6.2.3. Comprovante de Residência;

6.2.4 Comprovante de regularidade perante a fazenda Municipal (Município de origem do Licitante);

6.2.5. Prova de situa o regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E   DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN n  1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.

6.2.6. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) da licitante.

6.2.7. Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Particular, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licita o, acompanhado do respectivo Contrato (**S  SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCA O DE VEÍCULOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**), este com reconhecimento de firma das assinaturas do **CONTRATADO** e do **CONTRATANTE**.

6.2.8. Declara o, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administra o pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei N . 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilita o, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art. 32,  2 , da Lei N . 8.666/93).

6.2.9. Declara o de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Tabuleiro do Norte.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



6.2.10. Declaração de Conhecimento de Rotas.

6.2.11. Declaração de disponibilidade de veículos destinados ao atendimento da prestação dos serviços.

7. DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Pelo presente instrumento, o Município de Tabuleiro do Norte/CE, através da Secretaria de _____, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ N°. _____ com sede na Rua Padre Clícério, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE, neste ato representado pelo Sr(a). _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a _____, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N°. _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF N°. _____ portador da carteira de identidade n° _____, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ORIGEM E DO FUNDAMENTO LEGAL

1. Este contrato é originário do - PREGÃO ELETRÔNICO N°. _____, devidamente homologado pelo Sr(a) _____ Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de _____ e mediante as condições estabelecidas no edital, tudo de acordo com a Lei N°. 10.520/02 e Lei N°. 8.666/93, alterada pela Lei N°. 8.883/94 e legislação complementar em vigor, Decreto Federal n°. 5.450/05 Decreto Municipal n°. 0034/05, Lei Complementar N°. 123/06, Lei Complementar N°. 147/14 e suas alterações, que passam a fazer parte integrante do presente contato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato, o valor mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor global de R\$ _____ (_____), sujeito as incidências tributárias normais. (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1- O Contrato terá vigência até _____, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos casos previstos de acordo com o art. 57 e incisos da lei Federal n°. 8.666/93, e, com vantagens a Prefeitura Municipal de Tabuleiro do norte, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

4.1.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

4.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

4.3.1. A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

4.3.2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



4.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária nº: _____; elemento de despesas: _____, com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMTN, consignados no Orçamento de 20__.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)e/ou o disposto na Lei nº 8.666/93, art. 65, §1º.

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

- Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante no Edital;
- Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste corrido ou precluso.

6.3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.3.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

6.3.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma prevista no Edital.

6.3.1.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

6.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano;
- Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

6.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ata da solicitação da Contratada.

6.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

6.7 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, ou na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis ou impeditivos da execução do ajustado, ocorridos após a apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, em conformidade com o art. 65, parágrafo II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

7.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos serviços executados.

7.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



- 7.3. Havendo erro na apresenta o da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes   contrata o, ou, ainda, circunstância que impeça a liquida o da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-  após a comprova o da regulariza o da situa o, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.4. Será efetuada a reten o ou glosa no pagamento, proporcional   irregularidade verificada, sem prejuízo das san es cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.4.1. Não produziu os resultados acordados;
- 7.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.5. Antes do pagamento, a Contratante realizar  consulta para verificar a manuten o das condi es de habilita o da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 7.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legisla o vigente.
- 7.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTRATO, DA FISCALIZA O E DA SUBCONTRATA O.

8.1. DO CONTRATO

- 8.1.1- O Município de TABULEIRO DO NORTE/CE, com a interveniência da SECRETARIA DE EDUCA O BÁSICA, assinar  contrato com a(s) vencedora(s) desta licita o, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convoca o expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito   contrata o, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.
- 8.1.2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situa o regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologa o e da adjudica o através do ato de rescisão e retornará os autos do processo a Pregoeira, sem prejuízo da aplica o das san es cabíveis.
- 8.1.3- A Pregoeira retornará as atividades de sele o de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualifica o e classifica o, para verificar as suas condi es de habilita o, e assim sucessivamente.
- 8.1.4- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documenta o exigida no edital ou apresentar documenta o falsa, ensejar o retardamento da execu o de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execu o do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de TABULEIRO DO NORTE/CE e será descredenciado no cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais comina es legais.
- 8.1.5 - O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei 8.666/93 e suas altera es posteriores.
- 8.1.6- A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utiliza o de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

8.2. DA FISCALIZA O

- 8.2.1 - A fiscaliza o do contrato dar-se-  nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execu o e determinando o que for necessário   regulariza o de falhas ou defeitos observados.
- 8.2.2 - A fiscaliza o não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfei es técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta,



não implica corresponsabilidade da Administra o ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal n  8.666/93 e suas altera es.

8.2.3 - O representante da Administra o anotar  em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execu o do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários   regulariza o eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regulariza o das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos   autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. DA SUBCONTRATA O

8.3.1- A subcontrata o não altera a responsabilidade da Contratada, a qual continuará íntegra e solidária perante a Contratante.

8.3.2 - As subcontrata es porventura realizadas serão integralmente custeadas pela Contratada.

8.3.3- A Proponente vencedora da licita o, poderá subcontratar os serviços, objeto deste certame, ate o limite admitido pela administra o, com a anuência prévia da Gestora do Contrato, e em pleno cumprimento do art. 72 da Lei 8.666/93 e suas altera es;

8.3.4 - Não poderá ser subcontratada pessoa física/jurídica que tenha participado do processo licitatrio e que tenha sido considerada inabilitada.

8.3.5 - A subcontratada deverá apresentar patrim nio líquido exigido da Contratada Principal e apresentar os documentos a seguir relacionados:

8.3.5.1- Rela o do veículo a ser subcontratadas.

8.3.6 - Certificado de Cadastro na Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE.

8.3.7 - A Contratada deverá solicitar formalmente   Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE os pedidos de subcontrata o, com os quais a mesma poderá anuir mediante a apresenta o de todos os documentos exigidos nos documentos de habilita o.

8.3.8 - Qualquer subcontrata o somente será possível com a anuência prévia da Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE, que exigirá contrato firmado entre a vencedora e o seu subcontratado, mediante a apresenta o de todos os documentos exigidos no Edital e autoriza o expressa da Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE.

8.3.8.1-Da solicita o prevista no item acima, constará expressamente que a contratada   a única responsável por todos os serviços executados pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto desta Licita o.

8.3.9- O contrato firmado entre a Contratada e a Subcontratada será apresentado   Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE, que poderá objetar relativamente às cláusulas que possam vir em seu desfavor ou ensejar responsabilidades e encargos de qualquer natureza.

8.3.9.1-Neste contrato deverá estar expresso que a CONTRATADA   a única responsável por todos os serviços executadas pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto proposto desta licita o.

8.3.10. - Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

8.3.11-A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utiliza o de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

8.3.12 - O veículo a ser sublocado passará por inspe o de vistoria, por um representante da administra o para que o mesmo possa dar atesto, de que o veículo a ser locado encontra-se apto a realizar a presta o de serviços, objeto deste certame.

CLÁUSULA NONA - DAS INFRA OES E SAN OES ADMINISTRATIVAS

9.1- Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipifica o de eventos sancion veis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pela pregoeira durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não mantiver a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital (quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico) durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMTN pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de Tabuleiro do Norte por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e da pregoeira, bem como pessoas que integram os processos da PMTN, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combina�o ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licit�torio público.	37. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instaura�o do processo administrativo. 38. Publica�o extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realiza�o de qualquer ato de procedimento licit�torio público.	39. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instaura�o do processo administrativo. 40. Publica�o extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licita�o pública ou celebrar contrato administrativo;	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instaura�o do processo administrativo. 42. Publica�o extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econ�mico-financeiro dos contratos celebrados com a administra�o pública	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instaura�o do processo administrativo. 44. Publica�o extraordinária da decisão condenatória.

9.2- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceita o da justificativa ficará a critério da PMTN que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMTN, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3- Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMMN, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às san oes administrativas previstas no Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declara o de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administra o Pública, prevista no art. 7  da Lei n  10.250/2002.

9.4- As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMTN ou cobradas diretamente da pessoa física/jurídica penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais san oes previstas no Edital.

.5- O licitante/contratado será informado que está passível da aplica o da san o e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notifica o, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei n  9.784/1999.

9.5.1- Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifesta o, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplica o da san o pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunica o enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na D vida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As san oes aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGA OES DO CONTRATANTE

10.1 - A Contratante se obriga a proporcionar   Contratada todas as condi oes necessárias ao pleno cumprimento das obriga oes decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei n  8.666/93 e suas altera oes posteriores;

10.2 - Fiscalizar e acompanhar a execu o do objeto contratual;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



- 10.3 - Comunicar   Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execu o do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 10.4 - Providenciar os pagamentos   Contratada   vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CL SULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGA OES DA CONTRATADA

- 11.1 Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condi es e prazos estabelecidos no Edital e, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 11.2. Manter durante toda a execu o do objeto contratual, em compatibilidade com as obriga es assumidas, todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas na Lei de Licita es;
- 11.3. Providenciar a imediata corre o das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 11.4. Ficar responsável pela substitui o dos veículos, no período de no máximo 06 (seis) horas, quando os mesmos apresentarem algum tipo de problema (técnico/outros).
- 11.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência da loca o dos veículos, objeto deste certame.
- 11.6. Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por a o ou omissão, em decorrência do fornecimento dos serviços, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.
- 11.7. Ficar responsável pela manuten o, bem como pela reposi o de peças e pneus para o pleno funcionamento do veículo a ser locado.
- 11.8 Fornecer combustíveis e lubrificantes para o pleno funcionamento do veículo.
- 11.9. Utilizar profissionais devidamente habilitados (motoristas), para execu o dos serviços.
- 11.10. A habilita o dos motoristas deverá estar condizente com os art. 138 e 145 do Código Brasileiro de Transito.
- 11.11. Os veículos a serem locados deverão respeitar os elementos de segurança constantes dos art. 105, 107, 135, 136 e 139 do Código Brasileiro de Trânsito.
- 11.12 A CONTRATADA será responsável por possíveis treinamentos (PARA A REALIZA O DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS)   seus motoristas, e, os mesmos deverão possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.

CL SULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer interpela o judicial ou extrajudicial se a contratada:
- a) Deixar de iniciar os serviços por período superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da ordem de início dos serviços;
- b) Executar os serviços em desacordo com as especifica es exigidas;
- c) Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas contratuais ou a legisla o vigente;
- d) Cometer reiterados erros na execu o dos serviços;
- e) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, a presta o de serviços sem a expressa autoriza o da Contratante;
- f) Entrar em concordata, falência ou dissolu o, ou recair no processo de insolvência sobre qualquer de seus dirigentes.
- 12.2. Declarada a rescisão contratual em decorrência de qualquer um dos fundamentos do item anterior, a contratada receberá exclusivamente o pagamento dos serviços executados e recebido, deduzido o valor correspondente às multas porventura existentes.
- 12.3. Não caberá a contratada indeniza o de qualquer espécie seja a que título for, se o contrato vier a ser rescindido em decorrência de descumprimento das normas nele estabelecidas.
- 12.4. Independentemente do disposto nesta cláusula, o contrato poderá ser rescindido por livre decisão da Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte/CE, a qualquer época, sem que caiba a contratada o direito de



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



reclamação ou indenização a qualquer título, garantindo-lhe apenas, o pagamento dos serviços executados e devidamente recebidos.

12.5. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.6. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

12.7- Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

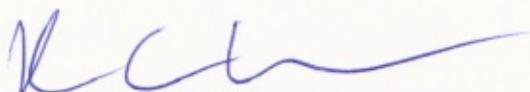
11.1. O foro da Comarca de Tabuleiro do Norte – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este termo de referência visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade pregão sob a forma Eletrônica, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

8.2. Reproduza-se fielmente este termo de referência na minuta do edital e edital.


RONALDO GUIMARÃES MALVEIRA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA